



PRECISAMOS FALAR SOBRE GÊNERO:

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE SOCIOLÓGICO A RESPEITO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO

Renata Almeida de Andrade

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, renata.andrade@ifrn.edu.br

RESUMO: Nos últimos anos, o debate sobre identidade de gênero tem conquistado cada vez mais atenção na academia e na sociedade em geral. Esta tendência também pode ser vista no ambiente escolar, com o interesse por parte dos alunos em compreender o tema, a incorporação em alguns livros didáticos e o difícil posicionamento das instituições de ensino e dos seus profissionais, que parecem não chegar a um acordo sobre o seu papel em abordar ou não esse conteúdo em sala de aula. No nível governamental, as recentes discussões sobre as normativas que orientam o ensino e sérias contradições entre os documentos reguladores, a exemplos dos planos nacional, estadual e municipais de ensino, refletem os dissensos que marcam esse tema, sendo crescente o número de decisões parlamentares que excluem os termos “gênero” e “sexualidade” das orientações para o ensino na próxima década em diversas regiões do país. Diante de tal contexto, este trabalho busca encontrar um caminho onde a sociologia possa ser utilizada na tentativa de conciliar diferentes interesses ou perspectivas, servindo enquanto plano de fundo para o debate sobre identidade de gênero no ensino médio

Palavras-chave: Gênero, Sociologia, Ensino médio.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o debate sobre questões baseadas na temática de gênero tem alcançado cada vez mais espaço na academia, através do crescente número de pesquisas, publicações e eventos, resultando numa discussão ampla que chega a ultrapassar os limites das universidades alcançando os grupos mais diversificados na sociedade. Seu início pode ser indicado atrelado aos movimentos identitários que se organizam principalmente nos Estados Unidos e Europa a partir dos anos 1960, embora alguns pesquisadores remontem até o movimento sufragista ainda no século XIX. De qualquer

forma, o debate sobre gênero se insere nos espaços acadêmicos entre as décadas de 1970 e 1980, através de grupos de estudo anglo-saxões que começam a utilizar o termo *gender* (HEILBORN, SORJ, 1999; MEYER, 2012), servindo de base para investigações disseminadas por várias áreas do conhecimento, notadamente na psicologia, nas ciências humanas e sociais. Observando a história mais recente, tanto o crescimento quanto sua disseminação parecem utilizar como base as novas possibilidades fornecidas pela internet através do acesso às informações produzidas em diversas partes do globo, utilizando o compartilhamento de materiais, metodologias e criação de bancos de dados

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

como formas de integrar pesquisadores e estudiosos. Um aspecto relevante deste cenário é o uso das redes sociais como forma de divulgar propostas, ações, dados ou teorias, ao mesmo tempo em que são construídas redes complexas de atuação e mobilização. Embora os produtores de conhecimento, seja ele acadêmico, construído nas pesquisas, ou prático, baseado em projetos empíricos ou militância, não necessariamente associado às universidades, desempenhem o papel de nós centrais nessa grande rede, o crescimento deste vasto sistema parece acontecer de forma constante e independente dos seus centros, sendo difícil identificar quais os limites desse arranjo.

De forma análoga, os últimos anos também representam um grande avanço na construção de estatísticas, indicadores e diversos instrumentos através dos quais é possível conhecer de forma mais detalhada a realidade sobre o nosso meio social. Aqui, é importante destacar a atuação do Estado, seja enquanto responsável pelas instituições públicas de ensino superior, principal fonte do desenvolvimento desses dados, ou através de outras entidades, instituições e órgãos de pesquisa, voltados para o atendimento da população e o desenvolvimento de políticas públicas específicas. O Estado desempenha um papel de grande relevância no contexto analisado neste trabalho, passando pelas

diversas esferas de atuação, desde o nível federal, até a ação municipal, mas suas ações devem ser entendidas enquanto posicionamentos adotados a partir de indivíduos, grupos, partidos que as realizam, tendo em vista a pluralidade agentes e interesses que definem o cenário político nacional.

Aqui, entende-se por temática de gênero as definições sobre o que representa ser homem ou mulher em cada contexto social e histórico específicos, diferenciando os aspectos genéticos, definidores do sexo biológico, da identificação com o gênero feminino, masculino, ambos ou nenhum deles. Situando as definições de gênero elaboradas por autores pós-estruturalistas, Meyer apresenta essa ideia com bastante clareza, ao afirmar que:

[...] o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. (MEYER, 2012, p. 16)

Esta definição serve tanto para elucidar temática central deste trabalho, quanto para destacar a interligação desse assunto com a ideia de sexualidade. De modo correlato, a

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

discussão sobre gênero com frequência demonstra a necessidade de esclarecer conceitos e definições a respeito da diversidade sexual, sendo um debate historicamente mais recente que o anterior. Nesse sentido, convém esclarecer a ideia de orientação sexual pela elucidação de termos como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou a negação destes. Embora gênero e sexualidade representem esferas relativamente autônomas, os dois temas parecem coexistir de maneira bastante imbricada na sociedade, sendo quase inevitável o esclarecimento de todos esses conceitos ao debater qualquer uma destas temáticas. Dessa forma, o interesse deste trabalho está voltado para o debate sobre gênero, mas considera a questão da sexualidade como assunto correlato e, com frequência indissociável.

Outro aspecto fundamental que deve ser considerado, diz respeito às recentes transformações no ensino, em particular, destacando a obrigatoriedade do ensino de disciplinas como filosofia e sociologia no ensino médio, conquista alcançada após décadas de mobilização e embates judiciais (CARVALHO, 2004), sendo efetivamente consolidada em junho de 2008 com a entrada em vigor da lei nº11.684 que recolocava as disciplinas nos três anos do ensino médio, desfazendo a substituição pela educação

moral e cívica, instituída em 1971 (MEYER, 2012). Além dessa mudança no currículo escolar, existe nos últimos anos o fortalecimento de uma tendência à construção de um modelo de ensino capaz de promover maior integração entre diferentes saberes, aproximando-se cada vez mais do cotidiano e da vida prática dos jovens, tendo como principal objetivo a formação individual pautada em habilidades como o senso crítico e o respeito às diferenças. Apesar das mudanças que marcam o ambiente escolar nos últimos anos, é importante ressaltar que ainda permanece a estrutura básica centrada no aluno, tendo o suporte tanto da família como da instituição de ensino, considerando professores, equipe pedagógica e administração. Mesmo situada em meio à complexidade que define as sociedades contemporâneas, a escola parece figurar ainda como o ponto central de todo esse cenário, até mesmo por no seu interior as tensões, os conflitos e as opiniões geradas na sociedade em geral. Nesse sentido, a ideia de sucesso escolar não pode ser avaliada apenas com base nos resultados objetivos visto em indicadores ou avaliações. O que interessa perceber é a construção de um sistema eficiente para dar suporte ao jovem neste momento decisivo de sua trajetória individual. Para tanto, é fundamental que família e escola tenham suas ações direcionadas pelo mesmo



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

objetivo, que é a formação humana e crítica de indivíduos independentes.

Como plano de fundo para todo esse contexto, é válido salientar as características que identificam as sociedades contemporâneas, e, em particular, a realidade social construída nas duas primeiras décadas do século XXI, tentando observar as consequências sobre o perfil dos jovens cursando o ensino médio, com faixa etária estimada entre 14 e 17 anos. Um dos aspectos fundamentais para entender essa geração parece estar na sua relação com a informação e o consumo, atravessados pelos meios de comunicação. Estes jovens representam uma geração conectada desde o final da infância à internet e às redes sociais, que representam elementos constantes no seu cotidiano. O uso desses recursos com frequência é empregado para conhecer mais sobre assuntos do seu interesse, e gera algumas articulações como coletivos ou grupos sociais. Esse período final da adolescência ainda deve ser entendido como um momento de construção das personalidades individuais, sendo comum encontrar sentimentos como insegurança e incerteza. Aqui, as redes sociais e a internet também funcionam como espaço de socialização, oferecendo a alguns jovens a chance de se expressar ou de solucionar dúvidas que eles não conseguiriam realizar em outro espaço. Considerando também a

vulnerabilidade dessa faixa etária, é necessário analisar a relação com a internet com atenção e cuidado, pelo tempo dedicado pelos jovens e pelos riscos que o uso indiscriminado pode resultar.

Todos os aspectos acima apresentados compõem o cenário que este trabalho pretende discutir. O debate sobre abordar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade no ensino médio rompe em grande medida com os limites institucionais da escola, e alcança uma grande repercussão na sociedade, em particular nas cidades onde existe o conflito com alguns gestores públicos que se posicionam contra este tema e tentam – ou conseguem – modificar os documentos que regulamentam o ensino em diversos pontos do Brasil.

É importante destacar ainda que as discussões propostas neste trabalho adotam como referencial o papel do professor de sociologia no ensino médio, mas que tal discussão reconhece a complexidade que define o contexto mais amplo e principalmente a interação entre diversas áreas do conhecimento na construção de uma perspectiva mais ampla e detalhada para perceber o debate sobre gênero, sendo, portanto, defendida a trans ou interdisciplinaridade. Para falar sobre a identidade de gênero, é necessário recorrer à conhecimentos e ao suporte da psicologia,



psiquiatria, filosofia, história e outras, enquanto produtores de saberes específicos, da mesma forma como é necessário observar o papel da equipe pedagógica no ambiente escolar e a complementaridade do papel da família na construção da compreensão por parte dos alunos. Embora a discussão elaborada neste trabalho tenha início com questões que derivam da experiência individual da autora num contexto específico, acredita-se que os problemas aqui debatidos representam aspectos relevantes do contexto que o ensino médio apresenta atualmente no Brasil.

O papel da sociologia no ensino médio

A sociologia possui uma longa história no que diz respeito à sua participação no currículo oficial das escolas brasileiras, posto que ainda em 1870 Rui Barbosa já propunha o seu ensino em substituição à disciplina Direito Natural (BRASIL, 2006). Ao longo do século XX a sociologia consegue conquistar gradativamente mais espaço nas escolas secundárias, normais e preparatórias, reforçada pelo surgimento e difusão dos cursos superiores de ciências sociais, embora ainda figure como disciplina facultativa ou optativa. É apenas com a segunda formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – promulgada em 1996 que a sociologia se torna obrigatória como

disciplina integrante do currículo do ensino médio. Porém, interpretações equivocadas das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM – aprovada através de pareceres do Conselho Nacional de Educação – CNE – impediram que essa determinação fosse colocada em prática nesse momento (BRASIL, 2006). Toda a defesa da sociologia realizada a partir dos subsídios da LDB representa os momentos de maior mobilização e luta em termos judiciais (CARVALHO, 2004), sendo finalizado apenas em 2008 com a entrada em vigor da lei nº11.684 colocada em prática nos anos seguintes.

Durante essa trajetória, o ensino da sociologia está fortemente atrelado a dois objetivos centrais: o exercício da cidadania e a desnaturalização de concepções ou explicação dos fenômenos sociais. Embora tais objetivos nem sempre tenham orientado sua realização prática, a exemplo de como a disciplina foi manejada durante a maior parte do século XX, onde atendia a interesses conjecturais e não se aproximava de tais orientações, são estas as duas direções fundamentais que norteiam o debate sobre o ensino da sociologia no país. Também é válido ressaltar que sobretudo o primeiro objetivo não representa uma exclusividade da sociologia e só pode ser alcançado quando compartilhado com outras áreas do conhecimento na elaboração de uma proposta



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de ensino que permita ao aluno o exercício do seu senso crítico e consciência da sua participação na sociedade. Tais ressalvas devem ser feitas para demonstrar que a presença da sociologia no currículo não é suficiente para alcançar os objetivos pretendidos ou realizar grandes mudanças na formação individual. O êxito dessa proposta depende de uma elaboração muito mais detalhada, e de um planejamento específico baseado na realidade social onde se pretende executar.

Diante de tais colocações, é possível questionar o que a LDB – Lei nº 9.394/96 – pretende alcançar ao afirmar no artigo 36, § 1º, Inciso III, que “ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1996). Para compreender tal afirmação é necessário observar o contexto mais amplo no qual todos e documentos e normativas citados estão inseridos. A defesa da cidadania enquanto princípio básico está pautado já na Constituição de 1988, que prevê no Art. 3º, que constituem objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra fora de discriminação, entre outros (BRASIL, 1988). O exercício da cidadania está atrelado ao

desempenho dos direitos civis, políticos e sociais citados na constituição. Para elucidar esse conceito, T. H. Marshal define a cidadania enquanto status de membros integrais de uma sociedade (MARSHAL, 1967), representando o exercício ou a busca de condições sociais que asseguram uma vida digna à população.

No âmbito legal ou teórico toda essa formulação é bastante coerente e descreve preceitos defendidos pela maior parte das sociedades contemporâneas. Porém, a realidade social brasileira é caracterizada por diversas formas de desigualdade que ameaçam ou impedem a concretização de tais ideais. A grosso modo, cada região apresenta um perfil distinto no que diz respeito às características demográficas, níveis de alfabetização e permanência escolar, distribuição de renda e cor declarada, para citar alguns dos principais parâmetros avaliados pelo governo federal. Considerando a diversidade e a especificidade que marca o país, é fácil perceber a dificuldade em realizar todas as orientações previstas no que diz respeito à educação. Ao que interessa a este trabalho, é possível considerar as diferenças pautadas em questões de gênero, ao observar que nos últimos anos foi possível reduzir as distâncias entre alguns indicadores no que diz respeito ao papel da mulher ou do homem na sociedade, mas isso não quer dizer que foi



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

alcançado um equilíbrio ou equidade entre eles. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais -SIS – divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 2015, as mulheres ainda acumulam cinco horas semanais a mais na jornada total de trabalho do que os homens. Considerando a atuação no mercado de trabalho, as mulheres são o segundo grupo com maior taxa de desocupação, ficando atrás apenas dos jovens, o que resulta na taxa de desocupação de 20,8% das mulheres jovens; e ainda não alcançaram igualdade em termos da remuneração, posto que em 2004, as mulheres ocupadas recebiam, em média, 70,0% do rendimento dos homens e em 2014, essa relação passou para 74,0% (BRASIL, 2015). Essas estatísticas servem apenas para contextualizar algumas das desigualdades putadas na identidade de gênero e reforçar a relevância deste assunto no contexto nacional. Embora não seja interesse deste trabalho, também poderiam ser apontadas as estatísticas referentes ao preconceito, discriminação e atos violentos realizados com base no gênero¹ ou na orientação sexual².

¹ Para maiores informações sobre a violência contra a mulher no Brasil ver o Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil, disponível em www.mapadaviolencia.org.br.

² Para maiores informações sobre a violência homofóbica ver o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil de 2012 divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos do governo federal.

Considerando as diversas formas de desigualdade que caracterizam a realidade nacional, o Ministério da Educação elabora periodicamente o Plano Nacional de Educação – PNE – para determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, visando garantir o direito à educação básica e promover a universalização do acesso, além de implementar medidas de combate à desigualdade e à valorização da diversidade. Especificamente, o plano em vigor – Lei nº13.005/2014 – define entre as suas diretrizes ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade (BRASIL, 2014). Tal elaboração reforça o entendimento contemporâneo sobre a defesa e o exercício da cidadania, reconhecendo as desigualdades sociais e propondo ações voltadas para a tentativa de diminuí-las ou erradicá-las. Nas sociedades contemporâneas, o debate sobre cidadania está diretamente ligado à defesa dos direitos humanos em todas as suas manifestações.

Baseado em todos os marcos legais e diretrizes apresentadas, é possível afirmar que existe nos documentos reguladores a ênfase no processo de ensino enquanto formação de indivíduos atentos ao papel de cidadão e à participação ativa na sociedade. Neste cenário, a sociologia pode desempenhar um



papel central no que diz respeito ao combate a qualquer forma de preconceito, discriminação ou violência a partir da compreensão da realidade social enquanto complexo de relações construídas através da história e reproduzida no cotidiano.

A reinserção das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio está pautada numa relevante mudança no paradigma do ensino no Brasil. Sua contribuição não está ligada às habilidades antes consideradas básicas – leitura, escrita e cálculo – mas está direcionada à construção de um senso crítico, levando cada indivíduo à perceber como se relaciona com a realidade e tudo o que existe ao seu redor. O ensino deixa de ser compreendido enquanto a transmissão de conteúdos para um receptor passivo e volta-se para o aluno com o objetivo de promover o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para que ele assuma o protagonismo diante do mundo. Nesse sentido, o conteúdo pode ser trabalhado através da interação entre disciplinas, superando abordagens multidisciplinares para alcançar práticas interdisciplinares, onde a filosofia e a sociologia podem contribuir de forma primordial.

A legitimidade da discussão sobre gênero no ensino médio

Se do ponto de vista legal parece estar claro o papel da sociologia no ensino médio, ao observar sua realização prática é fácil encontrar algumas dificuldades ou percalços que também devem ser considerados nesta análise. O primeiro deles diz respeito à falta de consenso sobre os conteúdos que devem ser incluídos no currículo da disciplina, o que acarreta uma grande variedade de planos de trabalho e dificulta a criação de uma abordagem centrada, disseminada no país. Também é importante ressaltar que a forma como essa disciplina está inserida nos currículos nacionais na verdade reúne conhecimentos oriundos das ciências sociais como um todo – sociologia, antropologia e ciência política. O que existe é uma certa variedade de conceitos, temas e teorias que formam o cerne da sociologia tradicional, considerando a origem dessa ciência, os pensadores considerados clássicos e uma série de elaborações consideradas centrais. Em particular, estão postos aqui os conceitos de instituição, desigualdade, estrutura social, estratificação, papel, *status*, cultura, identidade, movimentos, ideologia, discriminação, racismo, poder, estado, governo, regimes políticos, entre muitos outros.

A segunda dificuldade encontrada na realidade cotidiana é a falta de reconhecimento, que, com frequência,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

diferencia a sociologia e a filosofia dos demais componentes curriculares, atribuindo a eles condições desiguais no planejamento escolar. Em parte, o descrédito atribuído à tais disciplinas está relacionado à sua recente presença no ensino médio, e pode ser encontrada de maneira bastante geral na sociedade, sendo refratada também pelos diversos agentes presentes no contexto escolar. É esperado que estas dificuldades vivenciadas atualmente pela sociologia e filosofia sejam superadas com o tempo através do esclarecimento sobre o papel que elas desempenham na formação escolar e individual. Enquanto isso não ocorre, elas são mobilizadas no debate sobre questões de gênero na escola.

Nos últimos meses, algumas polêmicas pontuais trouxeram à público o debate sobre a presença da temática de gênero, e também da sexualidade, no ensino médio, principalmente baseado nas discussões que marcam a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação em diferentes partes do país. Subordinados ao plano federal, estas regulamentações inicialmente estão voltadas para o desenvolvimento da educação a nível local, observando em particular o que cada cidade apresenta em termos de potencialidades, dificuldades e demais questões específicas. Porém, o debate sobre as necessidades, carências e desafios da

educação parece ter sido desviado para a arguição de grupos políticos sobre ideologias e valores sociais distintos. A principal questão formulada neste momento foi se caberia à escola o papel de abordar a temática de gênero e sexualidade com os alunos, ou se este deveria ser um tema particular às famílias, sujeito ao conjunto de convicções adotado pelo grupo.

Na tentativa de elucidar todo este contexto, é necessário ter cuidado ao analisar cada um dos seus componentes, posto que estão implicadas questões políticas, culturais, educacionais e sociais, sendo bastante difícil delinear os limites de cada uma delas. No que diz respeito à educação, o ensino destes temas está voltado para a tentativa de desenvolver nos jovens o respeito à diversidade e a construção de uma percepção crítica da sociedade, rompendo com conceitos e visões naturalizadas e perpetuadas na cultura nacional. Ao entender que a identidade de gênero não se resume aos aspectos genéticos ou biológicos, é possível questionar diversas formas de preconceito, discriminação e segregação que são perpetuadas na sociedade através do senso comum, de formas específicas de humor ou até mesmo de opiniões reproduzidas nos meios de comunicação, para citar alguns exemplos. Aqui, a sociologia pode contribuir ao oferecer instrumentos através dos quais o indivíduo



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

pode analisar o meio social no qual está inserido, refletindo sobre essa realidade e construindo um posicionamento próprio, baseado no senso crítico e na autonomia. Assuntos como a construção de padrões sociais, o exercício da coerção sobre o indivíduo, os diferentes papéis e *status* desempenhados ao longo da vida e as diversas formas de desigualdades sociais podem ser empregados nesse sentido, e até mesmo relacionado à conteúdos históricos ou literários, exemplos de como a interdisciplinaridade pode contribuir para uma compreensão ampliada do tema.

Talvez, o maior problema deste contexto esteja na questão política, que pesa sobre o julgamento do que deve ser determinado enquanto norma para a sociedade. Nesse ponto, existe uma forte oposição entre dois grupos onde o primeiro afirma que a escola não representa um espaço adequado para o debate sobre gênero ou sexualidade, que deveriam ser tratados apenas pela família de forma privada ou particular, onde prevalecem princípios morais com frequência pautados em pontos de vista religiosos, representando uma posição conservadora. Em oposição a este, existe um segundo grupo, que defende a inclusão do debate sobre gênero e sexualidade no currículo escolar, por defender que esta atuação pode contribuir para a diminuição de

práticas preconceituosas, discriminatórias e as formas de violência a elas associadas. É evidente que esta redução elimina a diversidade de posicionamentos e de grupos situados entre os dois polos aqui considerados, mas tal redução é suficiente para o propósito deste trabalho.

Situada no meio deste debate, é importante entender que a escola representa um espaço intermediário entre a esfera do público e do privado, existindo sobre ela a reverberação de discursos defendidos pelos interesses da sociedade em geral e da família, respectivamente. Desta forma, o currículo escolar deve estar atento para a mediação entre essas esferas, posto que ela representa para os jovens uma das formas de transição, ao preparar os jovens para o papel que virão a desempenhar na sociedade e no mercado de trabalho.

Todo este contexto representa uma problemática política, aplicando aqui o sentido mais amplo deste conceito, que supera questões de representatividade ou disputa partidárias e concebe a busca da liberdade (ARENDR, 2002), tendo em vista o exercício dos direitos civis, sociais e políticos, possíveis apenas com o respeito à diversidade. Porém, um dos empecilhos que se apresentam diante de tais definições é a dificuldade em estabelecer a comunicação entre os envolvidos neste debate. A defesa de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

posicionamentos antagônicos até este momento não parece ter encontrado formas de dialogar e compreender o pensamento de quem está do outro lado. De forma mais específica, nas cidades em que os planos municipais de educação foram editados retirando as expressões gênero e orientação sexual, prece não haver diálogo, consulta ou debate entre os gestores públicos e os especialistas ou profissionais da área. A difícil comunicação entre os envolvidos nesta questão pode ser vista com clareza nos embates que com frequência marcaram as votações, divulgados nos meios de comunicação sem grande alarde ou visibilidade por parte da população em geral. Segundo dados da plataforma online De Olho nos Planos, dos 23 estados que sancionaram seus planos estaduais de ensino, 13 incluíram menções à igualdade de gênero e 10 optaram pela retirada dos termos³. Estes dados são bastante significativos, demonstrando que não se trata apenas de posicionamentos isolados, mas que este debate está presente de maneira bastante geral no país.

Não é fácil apontar uma solução para este conflito, mas, analisando o contexto mais amplo, é possível elencar alguns caminhos que podem ser percorridos na tentativa de

construir uma nova e inclusiva compreensão do tema.

Em primeiro lugar, é válido reforçar a legitimidade do ensino sobre questões de gênero e sexualidade, baseado em todos os argumentos expostos anteriormente, e em particular na LDB, que reforça em seu Art. 3º, aspectos como: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996). Partindo de uma diretriz federal, os planos estaduais ou municipais não podem impedir a discussão destes temas, diante da superioridade legal deste documento. Entretanto, a abordagem destes temas também não pode desprezar ou excluir os posicionamentos contrários, devendo construir formas eficazes de comunicação como forma de amenizar as distâncias que marcam este conflito.

Em segundo lugar, o ensino destes temas não deve acontecer de forma impositiva ou autoritária, mas deve seguir a ampla discussão envolvendo toda a comunidade escolar. Alunos, pais ou responsáveis, professores, equipe pedagógica e todos os envolvidos devem se aproximar do tema para ter a chance de expor sua opinião e,

³ Maiores informações sobre este levantamento podem ser encontradas no site <http://www.deolhonosplanos.org.br/>.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

principalmente, conhecer aquilo que será discutido em sala de aula. É necessário desfazer a imagem que disciplinas como sociologia e filosofia reproduzem doutrinas e convencem os alunos, posto que o papel delas é realizar o oposto. Esse esclarecimento deve acontecer com urgência e com o máximo alcance possível na sociedade, sendo condição imprescindível para que estas disciplinas consigam realizar na prática os objetivos aos quais se propõem.

Em terceiro lugar, quando o debate sobre gênero acontecer em sala de aula, ele deve ser baseado numa abordagem interdisciplinar, fazendo-se notar ao conhecer o processo histórico de um povo, ao analisar a demografia de um país, na elaboração e análise de obras literárias e também nos debates sociológicos e filosóficos, entre outras possibilidades. Considerando que o último objetivo é construir formas de diminuir ou eliminar o preconceito, a discriminação e a violência nas gerações futuras, não é suficiente tratar esse tema como mais um conteúdo programático, é necessário construir uma nova compreensão norteada pela sociologia, mas com o apoio de outras disciplinas.

Perspectivas para o futuro

Diante de tudo que foi exposto, a principal conclusão apresentada é a necessidade urgente em falar sobre identidade

de gênero e diversidade sexual em todas as esferas da sociedade, buscando o maior alcance possível. Com o desenvolvimento do debate sobre gênero e o crescimento no número de instituições e organizações atuando sobre o mesmo tema, é bem provável que as próximas gerações consigam construir uma nova compreensão sobre o tema, superando os antagonismos que marcam o debate atual. Para isso, é necessário criar espaços de diálogo onde cada grupo consiga expor seu ponto de vista e conhecer a realidade do outro.

Partindo do pressuposto que a promoção do respeito à diversidade, o combate à discriminação e a garantia dos direitos humanos são objetivo fundamental do ensino, portanto, a serem desempenhados pelas escolas, é necessário refletir com maior cuidado sobre o tema, avaliar se tais metas já existem na realidade e buscar planos de ações adequados às particularidades de cada lugar. Neste sentido, a sociologia representa um dos meios mais apropriados para abordar as questões de gênero, ao demonstrar que

O conceito de gênero privilegia exatamente o exame dos processos de construção dessas distinções percebidas entre homens e mulheres; por isso, ele nos afasta de abordagens que tendem a focalizar apenas papéis e funções de mulheres e homens para

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

aproximar-nos de abordagens mais amplas, que nos levam a considerar as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e políticas de uma sociedade são constituídos e atravessados por representações e pressupostos de feminino e de masculino e, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam essas representações. (MEYER, 2012, p. 16)

O conhecimento sociológico deve ser usado como instrumento através do qual é possível ver e interpretar e agir sobre as diversas de diferenciação e desigualdade, sendo específicas em cada sociedade. O conceito de gênero representa um esquema de explicação sobre a realidade social que resume estruturas, valores e papéis, construídos e disseminados ao longo do tempo. Certamente não é um assunto fácil de abordar ou transmitir, mas é esse o desafio que deve ser colocado em prática.

No que diz respeito ao debate sobre gênero nas escolas, a escolha pela participação no currículo do ensino médio está pautada no nível de maturidade que os jovens desta faixa etária já apresentam, na construção das personalidades individuais e no período de curiosidade e descobertas que representa o final da adolescência. É evidente que deve ser realizado o planejamento para adequar a discussão ao seu público, buscando

realizar explanações que sejam simplificadas e de fácil compreensão, ao mesmo tempo que sejam claras e objetivas. Para tanto, é necessário que este conteúdo seja inserido nos livros didáticos, fato que ainda é bastante escasso atualmente, figurando apenas como exemplos pontuais relacionados às desigualdades ou à organização dos movimentos sociais, sem esclarecer o tema principal da identidade de gênero.

Também é necessário aproximar o conhecimento produzido na academia do cotidiano da sociedade, e, em particular, do ambiente escolar. Já é hora que os intelectuais e a universidade contribuam de forma direta com a construção de uma nova compreensão sobre o tema, fazendo com que os seus resultados sejam compartilhados além de publicações, e gerando um impacto real na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro, 1996;

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)**. 2005.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

_____. Ministério da Educação.
Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCN). 2006.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

_____. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015 / IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015

CARVALHO, L. M. G. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio do Brasil. In: CARVALHO, L. M. G. (org.) **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

HEILBORN, M. L. SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L. FELIPE, J. GOELLNER, S. V. (org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Portal De Olho Nos Planos. Disponível em: <[http:// http://www.deolhonosplanos.org.br/](http://www.deolhonosplanos.org.br/)>. Acesso em 3 de maio de 2016.